



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837 - F:(81) 37257400

Processo nº **0002789-89.2019.8.17.2480**

AUTOR: JONATHAN FARIAS VIEIRA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

D E S P A C H O

Vistos etc,

Diante da declaração de pobreza juntada aos autos, na forma do Art. 98 do CPC, concedo gratuidade processual, uma vez inexistentes elementos a permitirem conclusão diversa, neste momento.

Com fulcro no Art. 334 do CPC, presentes os requisitos essenciais na Inicial, e não sendo hipótese de improcedência liminar, deve ser designada data, para realização de Audiência de conciliação/mediação, salvo, se as partes manifestarem desinteresse pelo ato.

Contudo, na hipótese dos autos, entendo ser hipótese de posterior designação de Audiência de conciliação/mediação.

Isso posto, cite(m)-se o(a/s) Demandado(a/s), para integrar(em) a relação processual, oferecendo Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, observada a regra do Art. 231, inc. I, c/c o Art. 335, inc. III, do CPC.

Publique-se.

Intimem-se.

Comarca de Caruaru, 29 04 2019.

EDINALDO AURELIANO DE LACERDA

JUIZ DE DIREITO







Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837

4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru
Processo nº 0002789-89.2019.8.17.2480
AUTOR: JONATHAN FARIAS VIEIRA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

INTIMAÇÃO DE DESPACHO - PARA FINS DE PUBLICIDADE

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 44362589, conforme segue transcrito abaixo:

" Vistos etc, Diante da declaração de pobreza juntada aos autos, na forma do Art. 98 do CPC, concedo gratuidade processual, uma vez inexistentes elementos a permitirem conclusão diversa, neste momento. Com fulcro no Art. 334 do CPC, presentes os requisitos essenciais na Inicial, e não sendo hipótese de improcedência liminar, deve ser designada data, para realização de Audiência de conciliação/mediação, salvo, se as partes manifestarem desinteresse pelo ato. Contudo, na hipótese dos autos, entendo ser hipótese de posterior designação de Audiência de conciliação/mediação. Isso posto, cite(m)-se o(a/s) Demandado(a/s), para integrar(em) a relação processual, oferecendo Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, observada a regra do Art. 231, inc. I, c/c o Art. 335, inc. III, do CPC. Publique-se. Intimem-se. Comarca de Caruaru, 29 04 2019. EDINALDO AURELIANO DE LACERDA JUIZ DE DIREITO"

CARUARU, 23 de agosto de 2019.

DANILLA MYRELE DO NASCIMENTO LINS
Diretoria Cível do 1º Grau

